

## Avaliação Ambiental Estratégica



# PDM de Cascais

RESUMO NÃO TÉCNICO

JUNHO DE 2015



## Equipa

### Coordenação

Maria do Rosário Partidário

### Equipa Técnica

André Vale

Bernardo Augusto

Joana Lima

Rita Bruno Soares

Rute Martins

Sofia Frade



## Índice

Acrónimos.....	3
1. O que é o Resumo Não Técnico? .....	4
2. O que é o PDM de Cascais? .....	4
3. O que é a Avaliação Ambiental? E a Avaliação Ambiental Estratégica?.....	4
4. O que são o Relatório Ambiental e a Declaração Ambiental?.....	5
5. O que se avaliou? .....	6
6. Quais são os Fatores Críticos para a Decisão do PDM de Cascais ? .....	7
7. Quais as principais políticas orientadoras e os principais planos e programas relevantes? .....	7
8. Quais as principais tendências e problemas ambientais relevantes para a avaliação ambiental do PDM de Cascais? .....	9
9. Quais as principais oportunidades e riscos para um desenvolvimento sustentável a longo prazo decorrentes do PDM de Cascais?.....	10
10. Quais as principais diretrizes para planeamento? E quem são os principais agentes no sucesso da implementação do plano? .....	15
11. Quais são os principais indicadores de monitorização? .....	18
12. O que se conclui sobre o desempenho ambiental e de sustentabilidade do PDM de Cascais ?.....	20



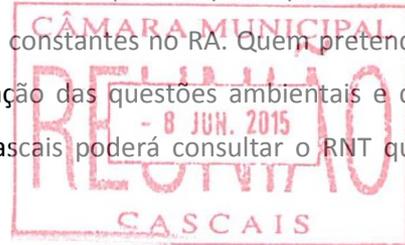
## Acrónimos

AA	Avaliação Ambiental
AAE	Avaliação Ambiental Estratégica
AC	Alterações Climáticas
CCDR	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional
FCD	Fator Crítico de Decisão
ONG	Organização Não Governamental
TP	Transporte Público
TI	Transporte Individual
AUGI	Área Urbana de Génese Ilegal
RNT	Resumo Não Técnico
PDM	Plano Diretor Municipal
CMC	Câmara Municipal de Cascais
PNSC	Parque Nacional Sintra-Cascais



## 1. O que é o Resumo Não Técnico?

O Resumo Não Técnico (RNT) é um documento que integra o Relatório Ambiental (RA) e que pretende informar adequadamente todos os que têm direito e querem participar. O RNT resume, em linguagem corrente, as principais informações constantes no RA. Quem pretende aprofundar alguns aspetos relativos à integração e avaliação das questões ambientais e de sustentabilidade no Plano Diretor Municipal (PDM) de Cascais poderá consultar o RNT que esteve disponível durante o período de consulta pública.



## 2. O que é o PDM de Cascais?

O PDM de Cascais estabelece a estratégia de desenvolvimento, a política municipal de ordenamento do território e de urbanismo, e as demais políticas com expressão territorial, e também integra e articula as orientações estabelecidas por outras políticas, planos e programas de âmbito nacional e regional. O PDM estabelece o modelo de organização espacial do território municipal sendo a referência para a elaboração dos demais planos municipais de ordenamento do território e para o estabelecimento de programas de ação territorial.

O PDM é elaborado pela Câmara Municipal de Cascais (CMC) e é revisto de dez em dez anos.

## 3. O que é a Avaliação Ambiental? E a Avaliação Ambiental Estratégica?

A revisão do PDM de Cascais encontra-se sujeita a um processo de **Avaliação Ambiental** (AA) de acordo com a legislação em vigor – Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio. O objetivo da AA é apoiar a decisão relativamente a um plano ou programa, ao identificar, descrever e avaliar os seus efeitos ambientais, de forma a determinar as oportunidades e riscos que esse plano ou programa apresenta para um desenvolvimento sustentável.

A CMC é legalmente responsável pela elaboração da AA, pela definição do seu âmbito e pela produção da Declaração Ambiental que é entregue à Agência Portuguesa do Ambiente após aprovação do plano.

A AA do PDM de Cascais seguiu uma abordagem de **Avaliação Ambiental Estratégica (AAE)** desenvolvida por Partidário (2012)<sup>1</sup>, com o objetivo de integrar considerações de sustentabilidade nas decisões de longo prazo na revisão do PDM e também validar estas recomendações através de consulta pública e institucional. Esta abordagem é focada em poucos, mas prioritários, **fatores críticos para a decisão (FCD)**, temas estrategicamente relevantes que, na prática, correspondem a janelas de observação do território do concelho de Cascais.

Em fase de avaliação são identificados os **principais riscos e oportunidades** para o desenvolvimento sustentável que possam resultar do plano, e traçadas **diretrizes de planeamento, gestão e controlo** (monitorização) bem como um **quadro de governança** (responsabilidades institucionais) que devem **acompanhar a implementação do plano**, e suas revisões, garantindo assim que os potenciais riscos são reduzidos ou evitados e que as oportunidades que possam resultar do PDM se concretizam.

A AAE tem em consideração as tendências dominantes relativamente aos temas considerados nos FCD, bem como as principais políticas regionais, nacionais e europeias que servem de orientação para o desenvolvimento do concelho e que servem de referencial para a avaliação (por exemplo, a estratégia nacional de desenvolvimento sustentável ou a Estratégia Regional de Lisboa 2020). Desta forma, a AAE contribui para que os objetivos do plano se encontrem alinhados com as intenções políticas de nível superior.



## 4. O que são o Relatório Ambiental e a Declaração Ambiental?

O **Relatório Ambiental (RA)** é um documento no qual se apresentam as principais análises e conclusões do processo de AAE decorrido ao longo da revisão do plano. O RA, incluindo o RNT, são instrumentos fundamentais para efeito de discussão pública e institucional.

O RA é elaborado considerando também os resultados da consulta efetuada a entidades e ao público, resultados esses ponderados na versão final do Plano sujeito a aprovação pela Assembleia Municipal.

---

<sup>1</sup>Partidário, M.R. (2012). "Guia de melhores práticas para Avaliação Ambiental Estratégica - orientações metodológicas para um pensamento estratégico em AAE", Lisboa. Agência Portuguesa do Ambiente / Redes Energéticas Nacionais. Disponível em <http://www.iaia.org/publicdocuments/special-publications/Guia%20AAE.pdf>

Após a aprovação do plano é emitida uma **Declaração Ambiental**, documento público onde se sintetizam as informações mais relevantes do processo de AAE, a forma como foram incorporadas no plano as recomendações da avaliação, as medidas de monitorização a implementar, e os contributos das consultas institucional e pública.

## 5. O que se avaliou?

O objeto de avaliação da AAE, ou seja, o que a **AAE avaliou** no que diz respeito aos efeitos ambientais do PDM de Cascais, foram as prioridades estratégicas definidas pelo PDM, bem como a sua tradução em medidas concretas de ordenamento do concelho, através do modelo territorial (conjunto das regras, orientações, programas e políticas para a ocupação e uso do solo no concelho).

Para ser considerada estratégica, segundo Partidário (2012), a AAE deve acompanhar a revisão do plano desde o seu início por forma a influenciar todo o processo de tomada de decisão. Assim, a AAE ajudou a explicitar as principais áreas de política que estruturam a estratégia de desenvolvimento concelhio, apresentadas de seguida:

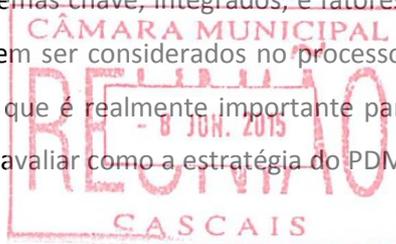
1. Coesão social e territorial:
  - Perímetros urbanos e construção de génese ilegal;
  - Mobilidade e acessibilidade;
  - Centralidades e *mix* geracional na zona norte;
  - Gestão do espaço público.
2. Identidade e competitividade municipais:
  - Grandes infraestruturas;
  - *Cluster* mar;
  - Fixação de empresas;
  - Valorização do espaço natural;
  - Resposta às alterações climáticas.
3. Cidadania ativa.

Para cada área foram traçadas opções estratégicas – ou seja, os caminhos possíveis para atingir os objetivos do PDM de Cascais. A AAE avaliou estas opções e também a forma como estas se materializam no modelo territorial.



## 6. Quais são os Fatores Críticos para a Decisão do PDM de Cascais ?

Os FCD constituem o esqueleto estruturante da AAE. São temas chave, integrados, e fatores de sucesso ambiental e de sustentabilidade que por isso devem ser considerados no processo de decisão estratégica. Servem para focar a atenção sobre o que é realmente importante para o desenvolvimento territorial de Cascais e permitem por isso avaliar como a estratégia do PDM dá resposta a esses temas críticos.



Identificaram-se quatro FCD, em conjunto com a CMC e outras entidades relevantes:

- **FCD#1: Requalificação Territorial e mobilidade** - Avalia o modo com o PDM aborda a dispersão territorial e a qualificação do espaço público em território compacto, a renovação de territórios degradados, como estrutura a mobilidade ligada às funções territoriais, como promove a construção sustentável e a eficiência energética;
- **FCD#2: Coesão e Inclusão** - Avalia o esforço do PDM na redução da pobreza e eliminação de assimetrias sociais, estímulo a novos estilos de vida saudáveis, promoção do empreendedorismo social, equidade no acesso ao espaço público, equipamentos e serviços municipais;
- **FCD#3: Riscos e Alterações Climáticas** - Avalia o modo como o PDM adota medidas de adaptação face às ameaças geradas pelas alterações climáticas, designadamente riscos de cheia e subida do nível do mar, bem como outros riscos naturais e tecnológicos;
- **FCD#4: Marca Cascais** - Avalia o esforço do PDM em reforçar a identidade municipal, o valor dos recursos naturais como um ativo para gerar valor acrescentado, a atração de empresas de elevado perfil e população jovem qualificada, a competitividade municipal face a outros municípios da AML.

## 7. Quais as principais políticas orientadoras e os principais planos e programas relevantes?

Foram analisadas as principais políticas, planos e programas europeus, nacionais e regionais que estabelecem objetivos e/ou metas de sustentabilidade e que devem orientar o PDM de Cascais.

**A nível europeu:**

- Estratégia Europa 2020.

**A nível nacional:**

- Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável;
- Quadro de Referência Estratégico Nacional;
- Agenda Digital 2015 (Plano Tecnológico);
- Programa Nacional para as Alterações Climáticas;
- Estratégia Nacional para a Energia 2020;
- Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética;
- Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território;
- Plano Estratégico dos Resíduos Sólidos Urbanos II 2006-2016;
- Plano Estratégico de Abastecimento e Saneamento de Água Residuais 2007-2013;
- Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água;
- Plano Nacional de Saúde 2011-2016;
- Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde 2008-2013;
- Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade;
- Estratégia Nacional para as Florestas;
- Plano Sectorial Rede Natura 2000;
- Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios 2014-2018;
- Programa Operacional Pescas;
- Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira de Portugal;
- Plano Estratégico Nacional para as Pescas;
- Plano de Ordenamento do Espaço Marítimo;
- Estratégia Nacional para a Proteção Social e Inclusão Social;
- Plano para a Integração dos Imigrantes 2011-2013;
- Plano Estratégico da Habitação 2008-2013;
- Programa Nacional para o Crescimento e Emprego 2005-2008;
- Plano Estratégico Nacional de Turismo;
- Plano Estratégico dos Transportes.

**A nível regional:**

- Plano da Bacia Hidrográfica das Ribeiras do Oeste;
- Plano da Bacia Hidrográfica do Tejo;
- Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa;
- Estratégia Regional de Lisboa 2020;
- Plano de Melhoria da Qualidade do Ar de Lisboa e Vale do Tejo;
- Plano Regional de Ordenamento Florestal da Área Metropolitana de Lisboa;
- Plano Estratégico para o Turismo de Lisboa 2011-2014.

**A nível municipal e intermunicipal:**

- Plano de Ordenamento do Parque Natural Sintra-Cascais;
- Planos de Ordenamento da Orla Costeira de Sintra-Sado e Cidadela-São Julião da Barra;
- Estratégia de Sustentabilidade de Cascais – Agenda XXI;
- Plano Estratégico de Cascais face às Alterações Climáticas;

- Plano de Desenvolvimento Social de Cascais 2008-2011.

## 8. Quais as principais tendências e problemas ambientais relevantes para a avaliação ambiental do PDM de Cascais?

As **tendências relevantes** observadas no passado e que se pode assumir que se manterão no futuro se nada for feito são, por FCD:



### FCD#1 Requalificação Territorial e Mobilidade:

- Monofuncionalidade habitacional e aumento do número de alojamentos vagos;
- Crescente utilização do transporte individual (TI) e redução da utilização do transporte público (TP) agravada pela fraca frequência;
- Crescimento urbano desqualificado e com baixas densidades nas periferias agravada nas encostas dos vales e no interior do Parque Natural Sintra Cascais (PNSC);
- Degradação do espaço público provocada pela excessiva afetação de espaço ao automóvel e reduzida capitação de espaços verdes e de recreio;
- Pressão antrópica em zonas com elevado valor Natural com emergência de “novos clandestinos” no PNSC;
- Forte estratégia para a valorização dos espaços naturais nomeadamente para o PNSC;
- Aumento dos consumos domésticos de energia elétrica.

### FCD#2 Coesão e Inclusão:

- Crescimento demográfico superior ao dos municípios da Grande Lisboa;
- Aumento da taxa de desemprego e de pensionistas e reformados;
- Manutenção de situações de vulnerabilidade e exclusão social;
- Dinamismo e criação de instrumentos de apoio social;
- Existência de estruturas habilitadas para a promoção do empreendedorismo social;
- Necessidade de reforçar equipamentos escolares e de saúde, e de iniciativas promotoras de hábitos saudáveis.

### FCD#3 Riscos e Alterações Climáticas:

- Aumento da área edificada (artificialização) em leito de cheia e conseqüente diminuição das áreas permeáveis;
- Existência de disfunções ambientais resultantes de aterro sanitário de Trajouce, de depósitos ilegais de resíduos e do crescimento de bairros clandestinos;
- Qualidade dos recursos hídricos superficiais ameaçada por descargas de resíduos e águas residuais não tratadas provenientes de bairros clandestinos emergentes.

### FCD#4 Marca Cascais:

- Identidade municipal forte e bem definida com proteção legal elementos patrimoniais;
- Conjunto vasto de recursos naturais como ativo para gerar valor;

- Tecido empresarial dominado por empresas do setor terciário de pequena dimensão;
- Perda de capacidade produtiva dos setores e serviços internacionalizáveis com diminuição das exportações;
- Existência de um ambiente propiciador de dinamismo e de empreendedorismo;
- Reduzida intensidade tecnológica da economia;
- Custos de contexto reduzidos mas menos positivo ao nível do sistema judicial;
- Reduzida atratividade de população qualificada;
- Reforço da qualificação da população.



## 9. Quais as principais oportunidades e riscos para um desenvolvimento sustentável a longo prazo decorrentes do PDM de Cascais?

As **principais oportunidades a longo prazo** que podem resultar do PDM de Cascais são, para cada FCD:

### FCD#1 Requalificação Territorial e Mobilidade:

- Consolidação dos perímetros urbanos existentes e inibição da edificação dispersa;
- Reforço e criação de novas centralidades, incluindo pólos temáticos, promovendo a consolidação urbana e a redução da assimetria espacial norte-sul bem como a reestruturação e regeneração urbanística;
- Distribuição equilibrada das funções de lazer e recreio através da criação de espaços verdes de lazer e equipamentos de apoio qualificados, reforçando a coesão norte-sul;
- Reabilitação de áreas degradadas, através de obras de demolição nos espaços centrais históricos, da regeneração e requalificação do edificado envolvente;
- Requalificação e revitalização dos centros históricos degradados através da promoção da multifuncionalidade, comércio de proximidade e turismo, qualificação e revitalização do espaço público, valorização dos elementos patrimoniais e históricos e do conjunto arquitetónico e do reforço da acessibilidade e mobilidade para todos nestas zonas (em especial na Cidadela);
- Reconversão, qualificação e reabilitação das áreas urbanas de génese ilegal (AUGI) e reabilitação de parques industriais obsoletos. Promoção da participação pública nos processos de reconversão das AUGI;
- Qualificação ambiental das áreas consolidadas (redução de situações de poluição);
- Reconhecimento e valorização dos serviços dos ecossistemas através da promoção de vários usos nos espaços naturais, salvaguardando a conectividade ecológica dos sistemas naturais;
- Qualificação da paisagem urbana e melhoria da sua atratividade nomeadamente através do reforço da estrutura ecológica em zonas vazias ou devolutas, ajudando a recuperar estas áreas degradadas;
- Proteção dos recursos naturais através de programas de envolvimento público;

- Reforço da acessibilidade generalizada: reforço do TP, remoção de obstáculos, introdução de medidas de acalmia de tráfego no acesso a equipamentos e espaços de lazer. Racionalização do acesso automóvel a espaços centrais ou residenciais históricos coordenado com a oferta de estacionamento. TP proposto contribui também para o reforço da coesão norte-sul;
- Integração das novas redes de mobilidade suave em interfaces modais;
- Aumento da eficiência energética por redução da utilização do TI;
- Inclusão de temáticas relacionadas com a construção sustentável e eficiência energética nos programas e incentivos relacionados com educação ambiental.

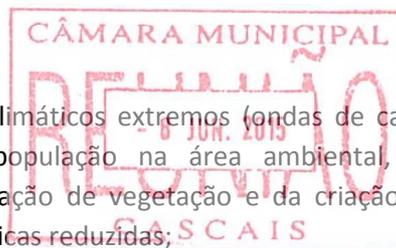
**FCD#2 Coesão e Inclusão Social:**

- Redução de assimetrias sociais e da segregação urbana graças ao reforço da proximidade e acesso a equipamentos e serviços e à qualificação de núcleos degradados;
- Mitigação da assimetria norte-sul e reforço da coesão social, nomeadamente pela criação e reabilitação de equipamentos de saúde, educação, apoio social, desporto e culturais na zona norte;
- Redução da exclusão social e de situações de isolamento, nomeadamente de grupos vulneráveis, resultante da revitalização dos centros históricos, remoção de obstáculos à mobilidade pedonal, oferta de habitação dirigida e ação direta junto de grupos vulneráveis;
- Reforço da equidade de acesso a espaços verdes e de lazer por criação e reforço destes em meio urbano e rural;
- Reforço da segurança alimentar através da recuperação da agricultura e da promoção de hortas urbanas;
- Criação de emprego e oportunidades de formação pela à promoção da multifuncionalidade urbana e de atividades económicas específicas e também de programas de empreendedorismo social concretos. Criação de condições para a comunidade local gerar de oportunidades de formação e emprego;
- Reforço do emprego com base nos recursos naturais específicos do concelho e inserção na vida ativa de pessoas que se encontrem sem ocupação por recuperação da agricultura;
- Promoção do desporto ao nível local e internacional;
- Fomento da vida ativa de jovens designadamente pelo reforço dos espaços verdes, equipamentos de desporto e promoção da multifuncionalidade dos centros urbanos e do comércio de proximidade;
- Promoção das atividades lúdicas e de lazer ao ar livre, particularmente atrativas para a população reformada, reduzindo o seu isolamento e promovendo o envelhecimento ativo através da promoção da agricultura, da pesca tradicional e de programas específicos;
- Qualificação da habitação (isolamento térmico) com potenciais reflexos positivos para a saúde pública através do incentivo à certificação da construção;

- Adequação da estratégia de desenvolvimento concelhio à realidade social e capacidade de intervenção dos vários agentes.
- No caso do Aeródromo de Tires, a remoção de áreas de residenciais na envolvente imediata da infraestrutura reduz a exposição a ao ruído e aumenta a segurança das populações.<sup>2</sup>

**FCD#3 Riscos e alterações climáticas:**

- Reforço da capacidade de adaptação a eventos climáticos extremos (ondas de calor, tempestades, etc.), através da formação da população na área ambiental, do armazenamento e reutilização de água, da instalação de vegetação e da criação de espaços verdes que requerem disponibilidades hídricas reduzidas;
- Aumento das áreas permeáveis e diminuição do risco de movimentos de massa, através da gestão da ocupação do território, da reabilitação urbana, da criação de espaços naturais além do legalmente exigido, da implementação da estruturas ecológica municipal, da valorização da Rede Agrícola Nacional em meio urbano, do estabelecimento de índices de impermeabilização máximos relativamente baixos (5% em espaços verdes de recreio e produção) e da interdição de construção de novas edificações em zonas inundáveis;
- Diminuição da vulnerabilidade ao risco de cheia através da redução da ocupação dispersa, da proibição da construção nova em zona inundável, da salvaguarda de zonas inundáveis em solo urbano e rural, da regularização de ribeiras e da construção de bacias de retenção;
- Diminuição do risco de incêndio através da concretização do Plano de Reabilitação do Ecoparque de Trajouce e da gestão dos resíduos vegetais;
- Diminuição das fontes de poluição associadas a passivos ambientais e às AUGI;
- Diminuição do ruído através dos incentivos à utilização de modos suaves de deslocação e da criação de zonas 30 (zonas onde a velocidade máxima é 30km/h);
- Redução das emissões de dióxido de carbono, potenciando a qualidade do ar;
- Aumento da qualidade dos recursos hídricos, ar e solo associado à implementação da estrutura ecológica municipal, da valorização e recuperação de linhas de água e da criação de espaços verdes como fator de requalificação de áreas urbanas degradadas.

**FCD#4 Marca Cascais:**

- Valorização e reforço do caráter identitário do tecido urbano graças à valorização de elementos patrimoniais e arquitectónicos e à revitalização social e económica dos centros históricos;

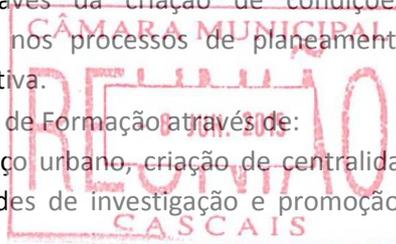
---

<sup>2</sup> Alteração de oportunidade para risco na sequência do parecer S06058-201505-DSOT/DOT 16.05.05.02.000003.2000 de 19-05-2015 emitido pela CCDR LVT sobre a Revisão do Plano Diretor Municipal.

- Promoção do turismo impulsionada pela elevação da escala empresarial do Aeródromo de Tires;<sup>3</sup>
- Recuperação do desporto automóvel enquanto atividade associada à identidade de Cascais;
- Valorização económica do Mar como recurso natural identitário de Cascais, através da promoção da pesca tradicional, da revitalização da Marina, da aposta nas tecnologias e investigação e também no desporto, turismo, lazer e saúde ligados ao mar;
- Preservação e valorização dos espaços naturais base para atividades económicas identitárias de Cascais através da valorização produtiva do solo rural e dos espaços naturais em contexto urbano, da promoção de atividades económicas associadas aos saberes tradicionais e de atividades de desporto de natureza;
- Fixação de atividades económicas diretamente relacionadas com produtos locais exclusivos (Ex. Vinho de Carcavelos) promovendo a recuperação da identidade tradicional, funcionando também como fator de atratividade turística;
- Reforço da atratividade residencial e económica do concelho;
- Atração do transporte aéreo do segmento de luxo pela revitalização do Aeródromo de Tires, podendo vir a complementar o Aeroporto da Portela como base para voos de menor dimensão;
- Fixação de atividades ligadas ao setor automóvel de competição que não encontram contexto territorial noutros concelhos metropolitanos através da criação do pólo automóvel em torno do autódromo do Estoril;
- Recuperação e fixação de eventos desportivos náuticos que atualmente se realizam noutros concelhos através da requalificação da Marina e da sua envolvente e da dinamização de eventos associados;
- Criação de um contexto político, cívico e participativo como elemento diferenciador e fator de atratividade através do envolvimento dos vários agentes da sociedade na tomada de decisão pública e da cidadania ativa;
- Redução dos custos de operação no setor privado, em particular no setor terciário, através da qualificação e reforço da oferta de TP;
- Promoção da fixação de atividades de alto valor acrescentado com elevada dimensão e projeção através da criação de pólos tecnológicos e de áreas empresariais e temáticas dedicadas;
- Promoção da fixação de empresas de elevado perfil de pequena e média dimensão através da criação de espaços qualificados e infraestruturados em meio urbano;
- Promoção da eficiência energética das atividades económicas através do incentivo à certificação energética das operações urbanísticas o que reforça, potencialmente, a competitividade dessas mesmas atividades;
- Envolvimento do setor privado no processo de decisão pública, e em particular de agentes relevantes para a fixação de atividades que interessa fixar;

<sup>3</sup> Perda de oportunidade na sequência do parecer S06058-201505-DSOT/DOT 16.05.05.02.000003.2000 de 19-05-2015 emitido pela CCDR LVT sobre a Revisão do Plano Diretor Municipal.

- Fomento da Qualidade de Vida como fator de atratividade residencial através de:
  - Reforço da vivência urbana e da oferta de atividades lúdicas;
  - Reforço da oferta de TP e criação de condições para a deslocação em modos suaves;
  - Promoção de um ambiente cívico através da criação de condições e oportunidades para a participação ativa nos processos de planeamento e decisão públicos, bem como de cidadania ativa.
- Oferta de Emprego Qualificado e de Oportunidades de Formação através de:
  - Promoção da multifuncionalidade do espaço urbano, criação de centralidades económicas, incentivo à fixação de unidades de investigação e promoção do turismo e da saúde;
  - Instalação de unidades de ensino superior e de investigação;
  - Promoção do empreendedorismo.
- Oferta de Habitação e promoção da qualidade de vida familiar através da promoção de um programa de Habitação Jovem, do arrendamento e do reforço da rede de equipamentos dirigidos às crianças.



Os **principais riscos a longo prazo** são, para cada FCD:

#### **FCD#1 Requalificação Territorial e Mobilidade:**

- Ausência de medidas para a remoção da edificação ilegal existente nos espaços de alto valor ecológico;
- Aumento do congestionamento local nos acessos a espaços industriais devido à falta de incentivo ao TP.

#### **FCD#2 Coesão e Inclusão Social:**

- Degradação da saúde das populações residentes na envolvente do Autódromo e Aeródromo, caso a sua dinamização resulte na realização de atividades regulares que venham a afetar significativamente os níveis de ruído<sup>4</sup>.

#### **FCD#3 Riscos e Alterações Climáticas:**

- Aumento da vulnerabilidade ao risco de cheia devido ao reforço ou criação de centralidades, particularmente no centro histórico de Cascais e Carcavelos;
- Aumento da vulnerabilidade ao de instabilidade de vertentes nas áreas do litoral onde se propõe um aumento de carga urbanística associada à dinamização do *cluster* Mar;
- Manutenção das fontes de poluição associadas aos aglomerados que se mantêm ilegais fora dos centros históricos.

#### **FCD#4 Marca Cascais:**

---

<sup>4</sup> Remoção do risco na sequência do parecer S06058-201505-DSOT/DOT 16.05.05.02.000003.2000 de 19-05-2015 emitido pela CCDR LVT sobre a Revisão do Plano Diretor Municipal.

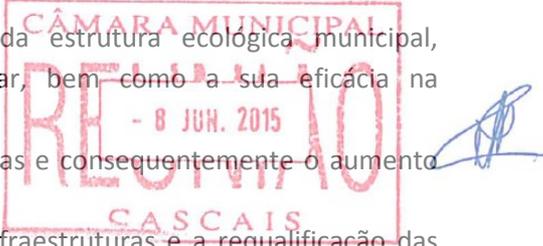
- Ameaça à qualificação dos estabelecimentos hoteleiros existentes por aumento da oferta sem correspondente aumento de procura.

## 10. Quais as principais diretrizes para planeamento? E quem são os principais agentes no sucesso da implementação do plano?

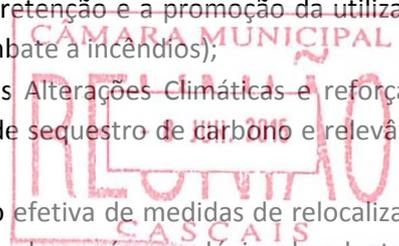


Para concretizar as oportunidades identificadas e reduzir ou evitar os riscos, destacam-se as seguintes **diretrizes de planeamento e gestão**:

- Promover a demolição das edificações ilegais em espaços de alto valor ecológico como seja o PNSC e mobilizar as entidades competentes para a gestão do PNSC;
- Garantir que - em estudo próprio - as condições de segurança e proteção face ao ruído e segurança da envolvente do Aeródromo de Tires e do Autódromo do Estoril, sujeitando os projetos a avaliação de impacte ambiental;
- Envolver ativamente a autoridade aeronáutica competente nos processos de planeamento e urbanização em áreas que possam ser afetadas pela atividade aeroportuária;
- Promover de forma eficaz a revitalização do circuito do Estoril. Caso tal não se concretize, rever a utilização e estratégia para o equipamento;
- Garantir a realização dos seguintes programas previstos no PDM: Qualificação do Turismo de Cascais e Marina de Cascais e outros focados na reabilitação de áreas degradadas; Reabilitação de parques industriais obsoletos; Plano de Revitalização dos Centros Urbanos; Promoção da Participação Cívica; Cidadania e Território; Formação na Área Ambiental; CEVAR – Manutenção; Cidadania e Território;
- Criação de espaços de lazer, recreio e equipamentos, onde estes sejam deficitários e garantir o acesso generalizado aos equipamentos e serviços de saúde, educação, apoio social e culturais na zona norte;
- Concluir os processos de regularização e qualificação das AUGI através, nomeadamente, da integração de espaços verdes e implementação de infraestruturas de saneamento;
- Assegurar a reabilitação de parques industriais obsoletos utilizando boas práticas ambientais de preservação da qualidade do solo e dos recursos hídricos e, também, aquando do estabelecimento de novas unidades industriais;
  
- Criar programas de ação para dinamizar os centros históricos;
- Incentivar medidas indutoras de processos de reestruturação e regeneração urbanística e iniciativas de qualificação e revitalização do espaço público;
- Estimular iniciativas de inclusão e inserção social;

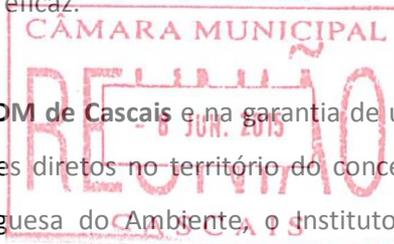
- Garantir a salvaguarda e incremento dos espaços com valor ecológico e a sua conectividade através do reforço da fiscalização nestes espaços;
  - Garantir que os planos de ordenamento hierarquicamente inferiores e as operações urbanísticas subsequentes salvaguardam os riscos que levaram à classificação de zonas de Rede Ecológica Nacional entretanto desafetadas;
  - Salvaguardar a implementação e manutenção da estrutura ecológica municipal, nomeadamente nos espaços verdes a consolidar, bem como a sua eficácia na salvaguarda e recuperação das linhas de água;
  - Assegurar a valoração dos serviços dos ecossistemas e consequentemente o aumento da diversificação de atividades sustentáveis;
  - Promover a integração paisagística das grandes infraestruturas e a requalificação das áreas industriais;
  - Garantir a implementação de ações de envolvimento da população na preservação e proteção dos recursos naturais;
- 
- Concretizar o TP em Sítio Próprio no mais curto prazo possível e que este seja acessível por todos os grupos sociais;
  - Garantir a delimitação de áreas públicas afetas a modos suaves de transporte ou TP e a remoção de obstáculos e aplicar medidas de acalmia de tráfego, em particular nos tecidos urbanos antigos, racionalizando o acesso automóvel a espaços centrais ou residenciais históricos;
  - Assegurar o ajustamento dos níveis de serviço de TP e promover este modo de transporte através de campanhas no sentido de cativar pela oferta de uma experiência económica, agradável e sustentável;
  - Assegurar que as redes de mobilidade suave estão integradas na rede municipal de transportes, nomeadamente nos interfaces modais;
  - Promover a mobilidade suave como forma de acesso a zonas a requalificar (circuito do Estoril, Marina e espaços industriais requalificados) e a interfaces modais;
  - Estender as Zonas 30 para zonas residenciais de uso misto (nos casos aplicáveis), onde se promove o uso misto entre peões e veículos, dando clara primazia ao peão e aos modos suaves. Implementar zonas 20 km/h;
  - Assegurar a redução na utilização do TI em detrimento do TP e modos suaves, de modo a garantir a redução de consumos energéticos;
  - Promover a eficiência energética, designadamente através da certificação do tecido construído novo e existente, e o consumo eficiente de água das atividades económicas – novas e existentes;
  - Assegurar que as temáticas de construção sustentável e eficiência energética fazem parte da formação de educação ambiental;
  - Assegurar a utilização sistemática, ou a adaptação, de soluções permeáveis para qualquer ocupação, prevista ou existente, em zonas de infiltração, tendo em conta o equilíbrio da estrutura hidrológica do concelho;

- Assegurar o desenvolvimento do estudo da carga física sobre o território, incorporando os seus resultados na gestão do mesmo;
  - Promover a definição e implementação de uma estratégia para a utilização de água residual tratada para fins secundários (não o consumo humano);
  - Assegurar a correta implementação das bacias de retenção e a promoção da utilização da água aí armazenada para usos diversos (e.g. combate a incêndios);
  - Concretizar o Plano Estratégico de Cascais face às Alterações Climáticas e reforçar a importância estratégica de estabilizar o potencial de sequestro de carbono e relevância bioclimática dos espaços naturais;
  - Desenvolver critérios e assegurar a implementação efetiva de medidas de realocação de edifícios em zonas de risco de inundação/efeitos de maré numa lógica de adaptação às alterações climáticas, aumentando a capacidade de escoamento superficial e sub-superficial;
- 
- Concretizar o Plano de Reabilitação do Ecoparque de Trajouce – garantir que os riscos inerentes à situação atual desta infraestrutura são eliminados ou mitigados, envolvendo a entidade responsável no processo de planeamento;
  - Assegurar a correta implementação dos sistemas de recolha seletiva de resíduos, qualificar as infraestruturas de gestão de forma a desviar matéria orgânica de aterro, incrementar a valorização multimaterial e valorizar energeticamente os resíduos não recicláveis;
  - Salvaguardar a qualidade do solo e recursos hídricos através do estabelecimento de regras de utilização de fertilizantes e pesticidas na agricultura associada à vinha;
- 
- Estabelecer um sistema de alerta prévio contra inundações nas zonas de elevada vulnerabilidade a este risco e assegurar a interdição da ocupação do subsolo em zonas de muito elevada vulnerabilidade à inundação;
  - Assegurar que novos usos junto ao litoral não adicionem pressões significativas ao sistema marítimo;
  - Desenvolver soluções para o edificado existente nos espaços ribeirinhos, particularmente vulnerável aos efeitos das alterações climáticas e aos riscos de tsunami e de instabilidade de vertentes;
  - Garantir que os estudos para verificação da susceptibilidade e adequação das soluções construtivas em situações de risco – previstos no regulamento - são realizados; Aplicar as medidas previstas no Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil aos planos de urbanização e de pormenor subsequentes e analisar, sempre que possível, os impactos dos planos no nível do risco associado em termos dos seus efeitos na segurança de pessoas e bens;
  - Conciliar estratégias e promover a criação de sinergias para a valorização económica dos recursos naturais do concelho, designadamente o potencial das fontes de energia renovável presentes no concelho;
  - Envolver e/ou dinamizar as associações e cooperativas agrícolas e mobilizar os municípios para a adoção da atividade agrícola;



- Garantir que os pólos empresariais e tecnológicos propostos (incluindo o circuito do Estoril) são ativamente promovidos junto do setor privado;
- Garantir que o incentivo à criação de novos estabelecimentos hoteleiros considera a procura e a oferta existente, considerando em particular as taxas de ocupação;
- Concretizar uma estratégia de envolvimento ativa e eficaz.

Os **principais agentes no sucesso da implementação do PDM de Cascais** e na garantia de uma implementação sustentável do plano, são os intervenientes diretos no território do concelho mas também a Administração Central, a Agência Portuguesa do Ambiente, o Instituto da Mobilidade e dos Transportes e os operadores de transportes, o Instituto de Conservação da Natureza e da Floresta, a Direção-Geral do Território, o Instituto Nacional de Aviação Civil, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, a Autoridade Nacional de Proteção Civil, a Direção Regional de Cultura, as várias entidades com responsabilidades específicas de monitorização e também a sociedade civil, as ONGs, o setor privado (nomeadamente empresários e a empresa TratoLixo responsável pelo Ecoparque de Trajouce) e, acima de tudo, a população em geral cujo envolvimento ativo nos processos de tomada de decisão é essencial para garantir um desenvolvimento sustentável no concelho de Cascais.



## 11. Quais são os principais indicadores de monitorização?

Os principais indicadores de monitorização propostos pela AAE são:

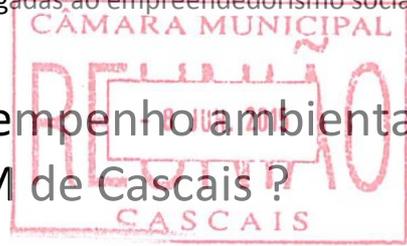
- Variação do peso da área urbanizada no total da área do concelho;
- Variação da proporção de área classificada como dispersa;
- Variação da percentagem de edifícios considerados em ruína ou mau estado;
- Variação da percentagem de edifícios ilegais e por demolir;
- Variação do peso da área identificada como AUGI ou clandestina na área do concelho;
- Variação da área industrial por reabilitar;
- Variação do peso do comércio e serviços nos centros históricos;
- Evolução dos usos sustentáveis associados aos ecossistemas;
- Variação do número de projetos de integração paisagística e reabilitação de parques industriais obsoletos;
- Número de ações de envolvimento público na conservação dos recursos naturais;
- Evolução da percentagem de área verde;
- Grau de conservação do património natural;

- Variação do número de ações e despesa pública em dinamização, recuperação e promoção do espaço público;
- Tempo de deslocação por meio de transporte;
- Repartição modal nas deslocações casa-trabalho, trabalho-casa;
- Variação dos consumos energéticos ao nível do espaço público;
- Variação da intensidade energética ao nível doméstico, industrial e serviços;
- Número de certificados emitidos nas intervenções realizadas (obras e certificação energética dos imóveis);
- Ações municipais para a inclusão social e sua eficácia;
- Variação dos meios de subsistência da população;
- Variação da Taxa de desemprego e iniciativas de combate ao desemprego;
- Cobertura dos equipamentos escolares, sociais e de saúde;
- Acessibilidade de cidadãos com necessidades especiais/mobilidade reduzida;
- Variação do número de pessoas inseridas profissionalmente;
- Variação da área desportiva útil por habitante;
- Variação do número de utilizadores dos espaços desportivos concelhios
- Variação da população exposta a níveis de ruído acima dos níveis regulamentares de exposição máxima.
- Variação da proporção de áreas permeáveis;
- Medidas de adaptação às alterações climáticas adotadas;
- Iniciativas municipais para a conservação e gestão da procura de água;
- Emissões de gases com efeito de estufa por setor de atividade;
- Resíduos urbanos recolhidos, por tipo de recolha e tipo de destino;
- Evolução do número de fontes de poluição e problemas associados;
- Variação da ocupação em áreas vulneráveis a riscos naturais;
- Incentivos municipais à preservação do património material e imaterial;
- Variação das despesas municipais em atividades culturais;
- Evolução do número de produtos e serviços baseados em recursos naturais;
- Evolução da procura das atividades de recreio e lazer, ex.surf.;
- Variação da contribuição das atividades económicas marítimas para a economia concelhia;
- Variação do poder de compra per capita e disparidade no ganho mensal médio por sector de atividade (Cascais vs. Outros Municípios da AML);
- Variação do número de empresas de elevado valor acrescentado instaladas no concelho;
- Concretização dos incentivos à fixação de empresas;
- Variação do peso dos setores e serviços internacionalizáveis no total da economia concelhia;
- Variação da intensidade tecnológica expressa em proporção de emprego dos serviços em serviços intensivos em conhecimento;
- Grau de concretização dos pólos tecnológicos e áreas empresariais;
- Variação do número de empresas instaladas em espaços comerciais e polos industriais requalificados;



- Variação da população residente por nível de ensino concluído;
- Variação do número de trabalhadores por conta de outrem;
- Implementação e eficácia dos programas de habitação jovem e de promoção do arrendamento;
- Variação do número de empresas com atividades ligadas ao empreendedorismo social.

## 12. O que se conclui sobre o desempenho ambiental e de sustentabilidade do PDM de Cascais?



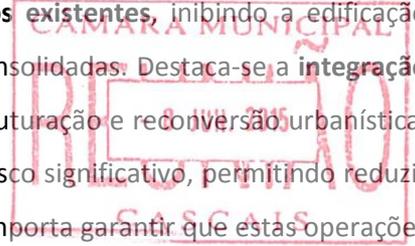
O PDM de Cascais apresenta estratégias muito relevantes para a resolução de problemas urgentes no município. A forma como estas estratégias estão traduzidas nas propostas do PDM permite à AAE concluir que se geram oportunidades capazes de ajudar a ultrapassar os problemas emergentes de serem considerados no futuro do território de Cascais.

É um plano que vai além da regulamentação do uso do solo, propondo também um conjunto variado de programas de cariz económico e social que complementam a estratégia de ordenamento do território. A AAE conclui que o PDM de Cascais gera oportunidades mais significativas do que os riscos que dele resultam e aponta uma série de diretrizes para assegurar maior eficácia na implementação do plano, diretrizes essas que criarão condições para que as oportunidades se concretizem e que os riscos sejam reduzidos ou evitados.

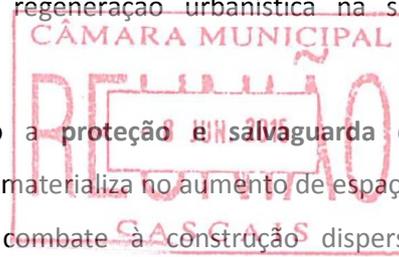
Das propostas do PDM, realçam-se as seguintes pela sua importância para a eficácia do PDM de Cascais :

- A **estratégia para a coesão social e territorial** onde o PDM revela um grande investimento na **redução das assimetrias** territoriais e sociais entre a zona litoral e o interior do conselho. Destacam-se as **políticas sociais** e de **requalificação do espaço público**, nomeadamente a criação de espaços verdes e de lazer em meio urbano, a qualificação da paisagem urbana, a criação e reabilitação de **equipamentos e serviços de proximidade**, designadamente na zona norte que neste momento é menos equipada - contribuindo para a integração social de grupos vulneráveis e em situação de exclusão e para o envelhecimento ativo da população sénior, criando contextos de interação entre as várias gerações;
- A criação de **novas centralidades**, em particular na zona norte do município, incluindo pólos empresariais e tecnológicos, para atração de atividades de alto valor acrescentado e de população jovem e qualificada;

- A **estratégia da mobilidade**, com a promoção da **multimodalidade** e dos **modos suaves** de deslocação, pretendendo fomentar a transferência TI – TP, podendo melhorar a qualidade do ar e o ruído ou mesmo contribuir para a promoção de estilos de vida mais saudáveis;
- A estratégia de **consolidação dos perímetros urbanos existentes**, inibindo a edificação dispersa e requalificando ambientalmente as áreas consolidadas. Destaca-se a **integração das AUGI** nos perímetros urbanos, com a sua infraestruturação e reconversão urbanística, e até a eliminação de alguns núcleos em situação de risco significativo, permitindo reduzir fontes de poluição e a vulnerabilidade da população. **Importa garantir que estas operações não se limitam aos arruamentos e estacionamento, mas que venham a criar, por exemplo, espaços de lazer que potenciem dinâmicas sociais e fomentem a apropriação do espaço público;**
- A **revitalização de áreas degradadas e do espaço público**, incluindo os centros históricos e espaços industriais obsoletos e devolutos alterando o seu uso, permite melhorar a qualidade ambiental, reforçar a atratividade residencial e económica do concelho e reforçar a sua posição competitiva na área metropolitana;
- A afirmação de Cascais como um **centro integrado de turismo de lazer, saúde e ligado ao Mar**, nomeadamente através da revitalização da Marina, é particularmente importante pois valoriza recursos naturais associados à identidade de Cascais e incentiva a fixação de atividades económicas diretamente relacionadas com produtos locais concelho. Ao mesmo tempo, a componente desportiva e lúdica destas atividades estimulam o desporto e o lazer ao ar livre. Desta aposta pode resultar o **aumento de construções no litoral**, zona vulnerável a tsunamis e, em particular na zona da Ribeira de Vinhas onde existe um risco elevado de cheia. Para evitar este risco é essencial que se concretizem as bacias de retenção e outras obras hidráulicas previstas no plano bem como as medidas propostas no Plano Estratégico de Cascais face às Alterações Climáticas e no Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil;
- Ainda neste contexto, o PDM tem uma política clara para **contrariar o aumento da edificação em leito de cheia** o que contribui para reduzir a ocorrência de cheias. É por isso importante que se concretizem as obras de regularização hidráulica propostas e que sejam implementadas medidas de mitigação nos planos subsequentes ao PDM;



- A recuperação e requalificação de espaços com elevada importância para o desenvolvimento concelhio como o **Autódromo do Estoril**, que significa a recuperação de uma atividade associada à identidade de Cascais, e o **Aeródromo de Tires**, cuja intenção permite promover processos de reestruturação e regeneração urbanística na sua envolvente, fixar empresas e promover o turismo.<sup>5</sup>
- A **estratégia para os espaços naturais**, incluindo a **proteção e salvaguarda da conectividade ecológica dos sistemas naturais**, que se materializa no aumento de espaços verdes e na contenção da expansão urbana e combate à construção dispersa, particularmente na Ribeira de Caparide. Tal contribui para a permeabilidade do território reduzindo a vulnerabilidade ao risco de movimentos de massa. Também as medidas para **criação de usos múltiplos nos espaços naturais** permite reconhecer e valorizar os benefícios que a sociedade retira do bom funcionamento dos ecossistemas (serviços dos ecossistemas), através do turismo de natureza e náutico, do desporto e lazer da agricultura que permitem promover produtos identitários como o Vinho de Carcavelos e o turismo cultural.
- **A estratégia do PDM Cascais para a eficiência energética**, nomeadamente a certificação da construção nova e a redução da ilha de calor urbano, fomenta a qualidade da habitação (isolamento térmico) com efeitos positivos na saúde pública. Recomenda-se que seja também promovida e incentivada a eficiência energética das atividades económicas;
- **A estratégia para a atração de jovens qualificados** que resume e relaciona-se com muitas das medidas identificadas acima, e que gera oportunidades interessantes para o concelho em termos de qualidade de vida (pelo reforço da vivência urbana e da oferta de atividades lúdicas, pelo reforço da oferta de TP, e pela promoção de um ambiente cívico dinâmico), de oferta de emprego e oportunidades de formação (pela promoção de instalação de comércio e serviços, criação de novas centralidades económicas, e incentivo à instalação de unidades de ensino superior e de investigação), e de oferta de habitação (pela promoção de um programa de Habitação Jovem);



---

<sup>5</sup> Perda de oportunidade na sequência do parecer S06058-201505-DSOT/DOT 16.05.05.02.000003.2000 de 19-05-2015 emitido pela CCDR LVT sobre a Revisão do Plano Diretor Municipal

Transversal às propostas constantes no PDM de Cascais importa mencionar a **estratégia concelhia para um envolvimento ativo da sociedade** e criação de oportunidades de participação da sociedade civil e entidades na tomada de decisão pública. É reconhecido o papel destes agentes para o sucesso de implementação das estratégias propostas. A criação de um contexto político, cívico e participativo poderá ser também um elemento diferenciador e um fator de atratividade residencial e económica do município. É crucial garantir que seja uma estratégia de envolvimento eficaz.

Isoladamente, é fundamental constante atenção e preocupação sobre a questão das **edificações ilegais**, designadamente em espaços de alto valor ecológico como seja o PNSC. Esta situação potencia a criação de focos de poluição e desigualdades social para além reduzir a atratividade a novos residentes e empresas. Estas edificações devem ser demolidas se se pretende salvaguardar e valorizar os espaços naturais concelhios. É também essencial promover a articulação institucional entre a entidade gestora do PNSC e a CMC, bem como, de uma perspetiva mais global, entre CMC e entidades representadas no concelho.

